

Colégio de Procuradores

RESOLUÇÃO MPC-MG Nº 39, DE 27 DE ABRIL DE 2026

Altera a Resolução MPC-MG nº 11, de 19 de setembro de 2014, que dispõe sobre a distribuição e redistribuição de processos no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, bem como do procedimento a ser adotado nas hipóteses de prevenção, afastamento temporário ou vacância do cargo de Procurador e de sucessão do Procurador-Geral.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, no exercício da atribuição a que se refere o art. 31-A da Lei Complementar estadual nº 102, de 17 de janeiro de 2008,

CONSIDERANDO a necessidade de aprimoramento e atualização das regras relativas à redistribuição de processos no âmbito do Ministério Público de Contas na hipótese de vacância do cargo de Procurador,

CONSIDERANDO que a continuidade da função ministerial exige mecanismos ágeis de movimentação processual, a fim de evitar a paralisação de feitos e assegurar a observância do princípio da duração razoável do processo no âmbito do controle externo;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios objetivos e equânimes de redistribuição que evitem a sobrecarga excessiva de gabinetes e garantam a integridade dos acervos durante os períodos de transição entre titulares;

RESOLVE:

Art. 1º O art. 8º da Resolução MPC-MG nº 11, de 19 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º Na hipótese de vacância do cargo de Procurador, os processos e procedimentos que compõem o acervo do cargo vago serão redistribuídos de forma aleatória e equânime entre os demais Procuradores, excluído o Procurador-Geral, observado o equilíbrio quantitativo por natureza.

§1º A redistribuição a que se refere o *caput* abrange os processos e procedimentos independentemente da sua localização e fase processual.

§2º A vacância do cargo não importará a interrupção da distribuição de novos processos e procedimentos ao acervo do cargo vago.

Colégio de Procuradores

§3º Provido o cargo, os processos e procedimentos a que se refere o *caput* serão redistribuídos ao novo Procurador empossado, independentemente da existência de manifestação prévia por outro Procurador.

§4º A destinação da estrutura do gabinete relativo ao cargo vago será disciplinada pelo Colégio de Procuradores em até 30 (trinta) dias da vacância.”

Art. 2º O art. 9º da Resolução MPC-MG nº 11, de 19 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º Na hipótese de cumulação por afastamento, não haverá prevenção do Procurador nem interrupção da distribuição processual.”

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2026.

Marcílio Barenco Corrêa de Mello
Presidente do Colégio de Procuradores
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas
(documento assinado digitalmente)